



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE BACHARELADO EM
HUMANIDADES**

SAMUEL ADELINO IÉ

**PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS QUADROS
GUINEENSES**

ACARAPE- CE

JULHO/2017

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE BACHARELADO EM
HUMANIDADES**

SAMUEL ADELINO IÉ

**PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS QUADROS
GUINEENSES**

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Artemisa Odila Candé Monteiro

ACARAPE- CE


JULHO/2017

**PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS QUADROS
GUINEENSES**

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB

Aprovado em: 11/07/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Artemisa Odila Candé Monteiro-UNILAB (Orientadora)



Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá -UNILAB (examinador)



Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira-UNILAB (examinador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a minha querida mãe Quinta Djú (Impili), em memoria do meu falecido pai, Adelino Ié, a minha querida irmã e a segunda mãe Josefa Adelino Ié, a todos pelo amor e carinho e por ter acreditado em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pai por tudo que tem feito na minha vida para que eu possa chegar onde estou hoje, aos meus pais, Adelino Ié já falecido e Quinta Djú (Impili), aos meus (as) Josefa Adelino Ié, Areolino Ié, Ângelo Adelino dos Reis Ié, Pedro Ié, Edina Adelino Ié, Ricardo Adelino Ié, Fernando Adelino Ié, Neusa Adelino Ié, Marcelia Adelino Ié, Nuca Adelino Ié, Piera Adelino Ié, Dautarim Adelino Ié, Inácia Adelino Ié, Jane Adelino Ié, Emmanuel Adelino Ié, tios (as), Ana Correia Djú, Paulo Correia, Mário Cunha, Jorge Lopes, Quinta, Rosa, Laurindo Sousa, Salgado Bideta Ié. Aos amigos e colegas, Gilmar Fonseca Té, João Pedro Cá, Felix Imbali Sá, Renaldo A. Mango, Feliciano C. Djú (Fyl Cap), Orlando Ndepna Có, Nico Augusto Có, Armando Arnaldo Correia, Lavinia Siqueira, Djibril Cá, Mamadu Nanque, Mamadu Sello, Alfa Aliu Sow, Calilo Fati, Nanínquio Luís Baía, Noé Vitorino Vermelho Có, Leonel Mendes, Nuemia Monteiro, Rutela Sanca, Nimba Djata, Marcia da Silva, Celeste da Costa, Celeste Cosmo, Rui Antônio da Costa, Abdulai Danfa, Rosa Imbana, Miredje Fernandes, prof. Enudío Silva Monteiro (falecido), Elvriano da Silva, Isso Indi, Murida, Zaida, Armanda, Faustino Manuel Rodrigues, Felisberto Mango, Ricardo Ossassogo, Honorata Dias, Urem Costa, Adrião Marques, Rosimeire Oliveira Costa, Mãe Lucinda, Edna Lino Ié, Eusébio João Vieira, Beto Dias, Hortência Seabra, Seninho Cotê, Gabriel, Aladino Fernandes, Nuna Nunes, Joseliza Giza Alvesco, João Paulo S. Có, Laida (MC LADY), Mikail Simões, Sambite S. Cambi, Sabino, Braima da Silva, Afonso José Mendes, Juvinal da Costa, Mario Té, Zito João Vieira, Ivano Impami, Rudilson Manuel Ié, Jaime Curpo Sinho, Gessica Martins, Minha, Edneusa Diamantino Cá, Toto Bernardo, Daniel Tchuda, Sunilde Waldemar, Umara Candé, Elizandro Lelo José Gomes, Itcha Gomes, Isnaba Wil Naba, Donaldlo Lopes, Emmanuel Lipe, Fernando Siga. ENTE QUERIDAS, Beligueni, Wilma João Nancassa Quadé. Ao professor doutor Lourenço Ocuni Cá por ter me fornecido seus artigos para o meu projeto. O meu voto de agradecimento e reconhecimento para a minha incansável orientadora professora Doutora Artemisa Odila Candé Monteiro, quem não vou esquecer até o fim da minha vida.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar e compreender o papel da educação no processo de formação dos quadros guineenses e as contribuições dos mesmos no processo de desenvolvimento do país. A Guiné-Bissau enfrenta, desde a sua independência, series de problemas quase em todos os setores, devido a vários motivos, dentre eles, instabilidades - política, desemprego, insegurança, falta de quadros qualificados para trabalhar na administração pública e, garantir o normal funcionamento das instituições. A nossa linha de pesquisa será baseada em torno de três grandes períodos históricos para melhor compreender o nosso objeto de pesquisa que são: os períodos pré-colonial, colonial e pós-independência. Para realizar este estudo de investigação faremos uma abordagem qualitativa, elegendo assim o método qualitativo como o mais relevante, tendo em conta as características do nosso estudo e as impossibilidades de deslocar para a Guiné-Bissau para a realização desta pesquisa, portanto, faremos uma pesquisa bibliográfica através das leituras dos materiais, livros, artigos, teses, monografias, jornais, dissertações e vídeos.

PALAVRAS CHAVES: Educação, Formação, Quadros, Guiné-Bissau, Desenvolvimento.

SUMÁRIO

1.Introdução-----	p.9
1.1. Justificativa-----	p. 10
1.2 Delimitação do Objeto ou Fenômeno a ser Investigado-----	p. 11
1.3. Objetivo Geral-----	p. 12.
2.1. Objetivos Específicos-----	p. 12.
2.2. Problematização/Construção do Objeto-----	p. 12.
2.3. Contexto Físico-Geográfico-----	p. 13.
3.1. Contexto Histórico-Político-----	p. 14.
3.2. Revisão da Literatura-----	p. 15.
3.2.1 Educação Pré-colonial-----	p. 15.
3.2 Educação Colonial (1471 a 1973)-----	p. 19
3.3 Educação Pós-Independência (1973 a 2017)-----	p. 26
4.1 Reflexões metodológicas-----	p. 30.
4.2 Limitações da pesquisa (desafios encontrados na sua elaboração)-----	p. 31.
4.3 Referências Bibliográficas-----	p. 32.

Mapa política da Guiné-Bissau



Fonte: Disponível em: www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm

1. INTRODUÇÃO

A concepção e a implantação de políticas educativas variam, de país para país e de período para período. Contudo, podem partir dos mesmos princípios de implementação. Não existem únicos modelos a seguir para sua concretização. Os contextos operacionais, os atores, envolvidos socialmente no cenário, são munidos de aspectos físicos, sociais, culturais, históricos e econômicos, em sua relação, o que torna, de certa maneira, as opções em benefício de outras, em determinado momento da esfera social.

As políticas educacionais refletem as posições tomadas num contexto social. As políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, em relação aos valores, devem se manter na sociedade para garantir o seu avanço social, cultural e econômico. Cada Estado ou país, independentemente de ser pressionado externamente por outros países ou organizações na qual faz parte, pauta-se no direito de desenvolver a sua estrutura educacional na base da sua própria necessidade, acentuada nas possibilidades econômicas e tipo de sociedade que deseja formar o nível de avanço da educação, esta atrelada à importância e ao mesmo valor dado à ação pela sociedade, em sua conjuntura social, cultural, política e econômica. Porém, é nessa ótica que o Estado desenvolve a sua ação educativa conforme o interesse público (LOPES, 2014).

Diante do exposto, o presente projeto de pesquisa de pesquisa tem como objetivo principal analisar e compreender o papel da educação no processo de formação dos quadros guineenses e as contribuições dos mesmos no processo de desenvolvimento do país. A Guiné-Bissau enfrenta, desde a sua independência, séries de problemas quase em todos os setores, devido a vários motivos, dentre eles, instabilidades - política, desemprego, insegurança, falta de quadros qualificados para trabalhar na administração pública e garantir o normal funcionamento das instituições. São várias as causas apontadas pelos teóricos sobre o assunto, destacando a presença colonial, a forma como foi conduzido o processo da colonização que, para Namone (2014), Lopes (2014), não decorreu da mesma forma com os demais países colonizados em África, por exemplo, o caso da Guiné-Bissau com os demais países da colônia portuguesa na África: Cabo Verde, Angola Moçambique e São Tomé e Príncipe. Outra causa apontada é a formação do primeiro governo pós-independência com poucos quadros, composto por militares

que, no entendimento desses autores, não tinham formação e experiências para lidar com as questões administrativas. Porém, para melhor compreender o papel ou a importância da educação na formação dos quadros guineenses, destacamos três grandes momentos históricos, que serão desenvolvidos mais à frente neste trabalho, tais como: Período pré-colonial, colonial e pós-colonial. O problema central da nossa pesquisa será baseado na descoberta das principais causas, resultante da precariedade do sistema educacional guineense que, no nosso entendimento, está tendo resultados negativos no nosso aparelho de Estado no seu funcionamento. Também interessa-nos saber a relação dos ditos “civilizados” ou “assimilados” com os colonizadores e que tipo de educação (educação formal ou informal), eles recebiam e qual era o objetivo dessa educação. O povo guineense já detinha sua forma de educação e essa educação era considerada um patrimônio cultural por ser transmitida dos mais velhos para os mais novos, através da oralidade, mas com a invasão colonial, essa educação sofreu declínio, por causa da educação do colonizador, a educação ocidental.

1.2 JUSTIFICATIVAS DO TEMA

A relevância de estudar esta temática tem a haver com a má administração do aparelho de Estado, isto é, a forma como os funcionários públicos são recrutados para trabalhar nas instituições sem passar pelo concurso para serem avaliados em termos de conhecimentos o que acaba por vezes dar resultados negativos, devido à falta de preparação dos recursos humanos, qualificados, para assegurar o normal funcionamento das instituições da república, daí que entendemos o papel da educação como fundamental para a compreensão e para a preparação dos quadros que possam garantir o bom funcionamento das instituições e ajudar no desenvolvimento do país. O tema tem grande relevância porque, com a sua conclusão, será possível fornecer aos leitores e leitoras mais conhecimentos sobre o papel da educação na formação de quadros guineenses e as causas do fracasso do atual sistema educacional, também poderá ajudar na mudança de certos comportamentos, dentro e fora das instituições da república, e da própria sociedade guineense. Ainda podemos compreender a relevância deste tema, num sentido mais amplo, isto é, as contribuições que a educação pode trazer ao processo de desenvolvimento de qualquer país. Porém a educação é fundamental em todos os aspetos porque não podemos pensar em desenvolver um país sem apostar nela. Hoje, o mundo exige muita concorrência, até porque a globalização exige a competição. No

caso da Guiné-Bissau, o Estado deve dar atenção especial à educação porque a globalização exige muito conhecimento, competência, concorrência e qualidade. Namone (2014), Lopes (2014) afirmaram que o retrocesso na educação guineense consiste na falta de quadros preparados que possam trabalhar no aparelho de Estado, sendo assim, é de suma importância à escolha desta temática para a nossa pesquisa, como forma de compreender o contexto histórico e educacional guineense. Some-se a isso, outra motivação na escolha do tema tem a ver com uma disciplina que estudamos no terceiro trimestre “Educação e Sociedade”, na qual trabalhamos com diferentes obras que relatam as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais, em diferentes partes do mundo, em particular, no Brasil e, assim como a área em que pretendemos atuar “Educação”, fomos impulsionados a debruçar sobre os limites e possibilidades de atuação. Esses são alguns dos motivos que nos levam a trabalhar esse tema.

1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO OU DO FENÔMENO A SER INVESTIGADO

A nossa linha de pesquisa será baseada em torno de três grandes períodos históricos para melhor compreender o nosso objeto de pesquisa que são: os períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. No período pré-colonial, pretendemos compreender como era o processo educacional nas sociedades africanas, uma vez que eram consideradas antes da chegada dos colonizadores como sociedades sem história e sem cultura, porque não tinham escritas, por isso, não eram consideradas como as sociedades “civilizadas”, ainda são chamadas de primitivas.

Aqui faremos um breve histórico, sobre a educação africana antes da chegada dos colonizadores para melhor compreender o contexto específico da Guiné-Bissau que é o foco da nossa pesquisa. No que refere ao período colonial, procuraremos saber como ocorria o processo educacional dentro dessas sociedades, após a chegada dos colonizadores, isto é, procurar saber da mudança que essa educação africana sofreu com a presença dos colonizadores e, como ocorreu essa mudança e como se dava, também, procuraremos compreender que tipo de educação era dada e quem eram essas pessoas que recebiam essa educação no período colonial. Interessa-nos compreender ainda nesta pesquisa se essa educação era a educação que garantia ao indivíduo o nível superior para o seu desenvolvimento intelectual que podia levá-lo a chegar a um status social e,

por fim, no pós-colonial, que terá análise assente nas mudanças feitas no sistema educacional da Guiné-Bissau

2. OS OBJETIVOS GERAIS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel da educação no processo de formação de quadros guineenses e assim como compreender as suas contribuições para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, o que passa necessariamente pela aplicabilidade ou execução dos seus conhecimentos adquiridos, durante a formação.

2.1.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS

Compreender como decorreu o processo educacional na Guiné-Bissau, nos três grandes períodos, para melhor entender o contexto atual da educação guineense.

Descobrir as causas principais do fracasso do sistema educacional guineense.

Descrever como se deu o processo educativo na África, em particular, na Guiné-Bissau, nos três grandes períodos que marcaram a história dos povos e países africanos, caso concreto da Guiné-Bissau.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO OBJETO

A pesquisa será desenvolvida, a partir das análises dos materiais que discutem a temática escolhida para ser investigada, a fim de entender como foi esse processo educacional em alguns países africanos. Porém, esta análise facilitará a compreensão do contexto da Guiné-Bissau. No que refere à formação dos seus quadros. O país enfrenta series de problemas (instabilidades, sociais, econômicas), em quase todos os setores, resultante do sistema educacional herdado. Por isso, sentimos a necessidade de desenvolver uma pesquisa que elucidaria esses problemas, visando a pensar nas suas possíveis soluções. Na nossa acepção, o governo deve investir muito na educação para garantir um desenvolvimento desejado. Em linhas gerais, o problema central a ser investigado nesta pesquisa será basicamente o de compreender como decorreu o processo educacional na Guiné-Bissau, nos três grandes períodos, a pesquisa abrangerá um contexto mais amplo, isto é, contexto africano para compreender melhor o contexto específico da Guiné-Bissau. Diante desta situação, gostaríamos de levantar as seguintes

questões para a nossa pesquisa: Como é possível desenvolver um país onde a educação constitui um dos setores que recebe menor valor financeiro no orçamento geral de estado e com um número maior de analfabetos? Até quando é que os governantes guineenses serão capazes de colocar a educação como prioridade? O fato de a Guiné-Bissau ter sofrido discriminação nas políticas educacionais por parte dos colonizadores portugueses conforme foi apontado por Namone (2014), é o motivo de continuar com atual sistema educacional? Quais são as políticas públicas desenvolvida pelo Estado (governo) da Guiné-Bissau em relação às reformas educacionais? Como é possível pensar numa educação de qualidade com péssimas condições de infraestruturas? Portanto estas e demais questões nortearão o nosso projeto de pesquisa.

2.3 Contexto Físico-Geográfico

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, abrangendo uma superfície total de 36.125 Km². Ela faz fronteira com a República do Senegal ao Norte, a República da Guiné ao Leste e Sul e ao Oeste com o Oceano Atlântico. A fronteira com os dois países vizinhos é um corredor propício para a movimentação das pessoas em duas direções: interna e externa. O país compreende uma parte continental e outra insular formado pelo Arquipélago dos Bijagós, atravessado por uma rede muito densa de rios (Cacheu, Mansoa, Geba, Corubal e Tombali). A superfície é muito plana com apenas algumas elevações no leste do país – refere-se às Colinas de Boé cuja maior montanha atinge os 300 metros de altitude. Localizada entre o Equador e o Trópico de Câncer, a Guiné-Bissau tem um clima tropical com uma temperatura média de 27°C, apresentando fraca amplitude durante o ano segundo as regiões. O país tem um período de seis meses de chuvas. As precipitações crescem do nordeste ao sul, atingindo, entre 1200 mm e 2400 mm por ano. Nos últimos anos, tem havido baixa regularidade das precipitações, tendo provocado insuficiências na evolução da produção agrícola. Esta situação aliada à fraca infraestrutura e ao baixo nível, em termos de equipamentos rurais, que dá origem à baixa produtividade do sector agrário e naturalmente ao êxodo rural, nas camadas juvenis, deixando o meio rural com grandes problemas (Instituto Nacional de Estatística, 2009). Vale salientar que, no que tange à configuração étnico-social.

A Guiné-Bissau conta com mais de trinta etnias, e se configura em cinco grandes grupos étnicos espalhados em diferentes regiões do país, compondo o seguinte cenário: Balantas (27%), Fulas (22%), Mandingas (12%), Manjacos (11%), Papeis (10%) e outros (18%). Ressalte-se que a tradição cultural destes grupos étnicos é bastante rica e diversificada, enfatizada através das diferenças linguísticas e expressões artísticas, entre outras categorias de análise (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.91).

3.1 Contexto Histórico-Político

Durante o período colonial, houve uma forte migração dos guineenses, quer em termos de refúgios, quer na procura de melhores condições de vida. O conflito político-militar que o país conheceu, entre 1998 e 1999, não ficou de fora de forçar essa migração Lopes (2014). Essa situação criou grande incerteza, quer a nível político-institucional, quer a nível socioeconômico. Com esses fatos, conclui-se que o país não conseguiu superar as instabilidades, quase em todo o sentido, factos esses que resultaram no aumento da migração dos guineenses, devido os efeitos negativos do pós-guerra. Os seguintes resultados enaltecem esta afirmação, nos períodos entre (1999 e 2009), o país foi dirigido por forte instabilidade política, entre as próprias instituições, marcada pelas sucessivas mudanças de governos.

Por exemplo, durante dez anos, a Guiné-Bissau conheceu três Presidentes da República democraticamente eleitos e afastado do poder pelos militares (1999, 2003 e 2009) e dois Presidentes da República indigitados para conduzir a Transição (1999 e 2003). No mesmo período, foram nomeados onze (11) Primeiros-Ministros, dos quais apenas três (3) nomeações foram efetuadas com base nos resultados eleitorais e em conformidade com a Constituição da República. As restantes oito (8) foram simples indigitações, quer por militares, quer por iniciativas presidenciais(Fazendo as contas, temos um (1) Primeiro-

Ministro por ano entre 1999 e 2009 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTÁTISTICA 2009, p.11).

Diante dessa situação os problemas sociais e econômicos agravaram -se o que motivou muitas deslocções, sobretudo, as pessoas desfavorecidas das zonas rurais para os centros urbanos a procura de melhores condições de vida, sem falar naquelas que optaram pela emigração quer por motivos políticos quer por questões econômicas. Por outro lado, é importante salientar que devido à incapacidade dos governantes e dos agentes econômicos nacionais, o país recebeu muitos imigrantes como agentes econômicos em particular (comerciantes), outros sem mínimas condições e formação (INSTITUTO NACIONAL DE ESTÁTISTICA, 2009).

3.2 REVISÃO DA LITERATURA

3.2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-COLONIAL

O fato de não possuir a escrita isso não impede a África de possuir um passado histórico e o saber. De acordo com Bâ (2010), “A escrita é uma coisa e o saber é outra”, para este autor, a “escrita é a cópia do saber e, não saber próprio, ele considera o saber como uma claridade que está dentro do homem”. O autor fez essas abordagens para fundamentar a sua tese, mostrando que é através da herança dos ancestrais que, nas sociedades africanas, consegue-se conhecer e transmitir conhecimentos, em estado inicial. Em outras palavras, para ele, a educação tradicional africana é baseada na oralidade, isto é, dos mais velhos para mais novos, dos mestres para aprendizes, através dos ensinamentos, costumes, práticas etc (BÂ, 2010).

Para Namone (2014) a África, no seu todo, em particular, na Guiné-Bissau, a educação, antes da chegada dos colonizadores europeus, era uma educação baseada na tradição oral, em outras palavras, acompanhada de rituais de iniciação e assim como pela transmissão de instrumentos que demonstram significados. Na Guiné-Bissau, o modo mais frequente de ensinar os saberes se expressa através dos costumes de iniciação, praticas essas até hoje conservadas no país, sobretudo nas zonas rurais. Estas práticas educativas eram realizadas pelos anciãos, devido aos seus conhecimentos e experiências. Contudo, reconhece-se de que se trata de um sistema educacional informal, valorizado pela sociedade que o pratica, tendo em conta a sua importância.

Essa educação não era limitada, ela vai além da educação escolar, isto é, ensinamento muito mais abrangente, razão pela qual é realizada na Guiné-Bissau, até hoje em dia. Independentemente dos rituais de iniciação, essa transmissão de saber acontece em diferentes formas e espaços, por exemplo, ar livre, debaixo das árvores, através de histórias dos antepassados, nas reuniões com os sábios, etc. ‘Por isso, existe um ditado que diz: na África, quando um velho morre é uma biblioteca que desaparece é importante ressaltar de que na sociedade guineense mesmo os ditos “civilizados” fazem esta pratica (BÂ, 2010 *apud* NAMONE 2014).

Segundo Cá (2000), a Guiné-Bissau assim como outros países africanos, nunca constituíram objetos de grandes estudos para descobrir as causas que os levam a entrar em conflitos políticos ou militares, nem de presença contínua dos meios de difusão das informações mundial. As notícias vindas desses países só se tratam, em muitas vezes, as instabilidades políticas, econômica, a fome, conflito social, as matanças. Contudo, o autor reconhece esses fatos, mas defende que as causas desses acontecimentos nunca foram apontadas, ainda defende que a África não é só uma base de conflito ou instabilidade corriqueiramente conhecido, como foi apontado, porém, “os mais de um milhão de guineenses estão organizados em 8 (oito) regiões (estados) e setor autônomo têm sua história que começou antes da colonização”. O governo colonial não se interessava na organização da sociedade tradicional. A falta de vontade organizacional por parte da administração colonial, segundo Cá (2000) obrigou algumas etnias que praticavam atividades agrícolas, a mudarem suas condutas, em função de atividades comerciais, como: comércio de “escravos” para as atividades de plantações dos séculos, XVI a XIX, que admitiu estruturação dessa sociedade, que resistiu ao próprio tráfico. No entanto, já nos finais do século XIX, estas práticas tradicionais estavam chegando ao fim, devido ao envelhecimento e à invasão das florestas, que não davam mais para receber as mesmas condições do aumento da população (CÁ, 2000).

De acordo com Bâ (2010) “este conhecimento herdado é transmitido através da fala pode ocorrer nos locais onde existem centros de iniciação e jovens que recebem formação. O saber africano é vasto e varia de lugar para lugar. Engloba tudo que toca com a vida. O sábio não é jamais um especialista”. Devido à longa experiência que o ancião possui ele é considerado um “generalista. O mesmo ancião, por exemplo, terá conhecimentos tanto em farmacopeia, em ‘ciência das terras” (BÂ, 2010, p.169). Na

mesma linha de pensamento, mas já no contexto da Guiné-Bissau, Cá (2000) entendeu esse fato como uma das causas principais das novas necessidades tecnológicas para fazer crescer a produção que obrigou a sociedade tradicional a entrar em conflito, incentivando o maior controle das terras, o que resultou, conseqüentemente, nas disputas étnicas, em busca de uma nova forma de política social. Esta história conheceu sua interrupção com a invasão europeia e com a fixação, no solo da antiga Guiné Portuguesa e, assim, como por todo o continente africano, a dominação colonial e exploração virada para o ocidente, devido a essa ocupação, houve uma mudança interna e busca de novas relações de vida social e de produção, perante a selvageria colonial.

Apesar de o continente africano fosse invadido desde o começo do século XV pelos países como: França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, Itália, Espanha assim como Alemanha. Esses países só tiveram fronteiras divididas na conferência de Berlim em 1885. A Europa vivia uma transformação industrial o fato que o levou a necessitar de produtos minerais como: ferro, ouro, prata, diamante, etc. E agricultura para fornecê-lo suas cidades. A África tinha esses recursos e as populações para serem explorados. O fato que levou a cada potência a desenvolver um tipo de colonização. Portugal foi considerado como o mais atrasado entre as potências e, os motivos apontados foram de levar Deus para aqueles que considerados os não civilizados. Essa é a justificava do pensamento europeu em relação a sua presença em África. O que resultou na exportação de produtos da África para as metrópoles (CÁ, 2000, p.3).

A educação é um instrumento através do qual as sociedades produzem os saberes importantes para as suas subsistências e suas permanências, que passa de geração a geração, sobretudo pela camada juvenil. Ela pode ocorrer de forma não institucionalizada, isto é, pode acontecer em casa, no trabalho ou nos locais de interações. Esta educação se desdobra em torno do ensino organizado, nos locais com as estruturas com condições apropriadas para ensinar os jovens e fazer a formação dos mais velhos. Os mais jovens são preparados para possuírem conhecimentos,

competências e a vocação, que necessitam, tanto para poderem preservar e defender as organizações e os valores importantes da sociedade, em razão da evolução das situações e dos desafios. Na África pré-colonial, as idoneidades eram proporcionados pelas diferentes formas de educação, conforme as regiões, como podem observar na frase seguinte “três sistemas principais reencontraram-se no continente: a educação autóctone, a educação islâmica e aquilo que se poderia qualificar como um sistema de educação afro-cristã”. Havia um esforço, no século XIX, pelos próprios missionários europeus e norte-americanos, referente à expansão do cristianismo no continente africano, permitindo assim a expansão da educação ocidental e a permissão do desenvolvimento da alfabetização, não só as línguas europeias, mas, sim, as línguas africanas. A maior parte desta produção foi através da escrita, baseada no sistema ortográfico latino, no primeiro plano, e, no segundo plano, os caracteres árabes. Havia um número maior de pessoas que apreendiam a ler e a escrever nas próprias línguas africanas. Foi com essa alfabetização nessas línguas africanas que houve uma facilitação na mudança social, isto é, se pode sair de uma cultura oral para uma cultura escrita (HABATE e WAGAW, 2010, P. 817).

Já no entendimento de Cá (2000), não havia profissionais para promoverem a educação, na sociedade tradicional africana: o ensino formal era realizado como nas sociedades ocidentais, visto como lugar privilegiado para essa transmissão de conhecimento. O modo de educar se baseava no exemplo dos comportamentos e trabalhos de cada aprendiz. Os mais velhos serviam de professores. Essa educação não se distinguia em campos de especialização de atividades humanas. Ela não era determinada, mas se considerava uma educação na qual se apreendiam conhecimentos, no decorrer do tempo. Essa educação também permitia uma aprendizagem mais direta com a própria realidade social. Contudo, o autor reconhece que, antes da invasão colonial, na sociedade tradicional africana, não existiam instituições escolares como existem, hoje em dia. Ele afirma que essa educação se baseava na obtenção de alguns conhecimentos e formas de comportamento, como pode acontecer em qualquer sociedade. Ou seja: através da integração pessoal na vida familiar e na própria comunidade, nas atividades de campos, ouvindo histórias dos mais velhos, participando das cerimônias conjuntas, as crianças e jovens conseguem apreender lentamente, no decorrer do tempo, conhecimentos esses que dão ênfase à sua integração e habilidades

de produção e de sobrevivência, assim como de adotar as regras comportamentais e a valorização da vida comunitária e social de um povo considerado de primitivo (CÁ, 2000)

Na mesma direção, os dois autores compartilham da mesma visão, dessa educação que se desenvolve nos lugares organizados especificamente para a orientação dos mais novos, nesse caso, dos jovens e assim como para a própria formação dos mais velhos. Entretanto, a formação dos jovens é de suma importância porque eles passaram a ter outras visões, conhecimentos e competências que podem garantir a maior eficácia das instituições, assim como os valores fundamentais da sociedade e de enfrentarem novos desafios (HABATE E WAGAW, 2010)

A título de exemplo da organização das sociedades tradicionais africanas, a etnia da Guiné-Bissau (Balanta), na qual aponta que esta etnia estava numa fase que podia ser considerada a fragmentação do comunitarismo primitivo. Ainda considera que era uma sociedade onde a terra era o suporte da vida e pertencia à comunidade toda, para o autor, mesmo lavrando o campo de cultivo não podia vender a terra. A própria forma de preparação do terreno e colheita era combinada entre os chefes da família (CÁ, 2000). Outra abordagem sobre a educação tradicional africana é da autoria de Mazrui e Ajayi (2010) que de acordo com suas narrativas, há aceitação e avaliação do conjunto de saberes, eficiência, sobre os quais as sociedades antes da chegada dos colonizadores, em diferentes assuntos como: agricultura, saúde, artesanato e indústria, encontravam nessa esfera das boas intenções (MAZRUI E AJAYI, 2010).

3.2 EDUCAÇÃO COLONIAL NA GUINÉ-BISSAU (1471-1973)

A educação escolar surgiu na Guiné-Bissau devido à ruptura, histórica, social e cultural do povo guineense, acentuada no modelo tradicional africano, na forma de transmissão de saberes de princípios e comportamento na sociedade. A presença colonial portuguesa, no território guineense (1471), deu início ao surgimento de nova sociedade sob controle do projeto colonial. O colonizador português rompia as estruturas do sistema da educação que detinha nessa sociedade e implantava a distribuição da convivência, através da humilhação, opressão, maltrato do povo guineense (LOPES, 2014)

Esta mudança ocorrida no seio da sociedade guineense introduziu um novo processo de transmissão de conhecimentos, de saberes e de práticas, até aí socialmente passados de geração em geração por meio de transmissão oral, imitação e participação em cerimónias coletivas. Ocorreu, assim, a institucionalização da educação escolar marcada pela existência de um espaço específico para a realização do processo de ensino aprendizagem sob uma calendarização do tempo letivo que se exerceria durante um período etário determinado, em edifícios com características próprias chamados de escolas e com base numa relação direta entre educadores e educandos. Rompeu-se com a informalidade e espontaneidade da educação tradicional que caracterizavam o país antes da instauração do colonialismo, dando origem a uma educação formal assente no código da escrita segundo um conjunto de regras, práticas e valores estruturados pela metrópole (Portugal) em função dos seus objetivos – ensinar aos guineenses a melhor forma de os servirem (...). A educação tinha assim por finalidade “desafricanizar”, isto é, a transformação dos africanos em seres capazes de produzir pensamentos equivalentes aos dos brancos por via da assimilação e reprodução de uma série de comportamentos e hábitos considerados cruciais para alcançar o respeito, o reconhecimento e a integração na sociedade dos brancos. Sendo assim, o conteúdo do ensino incidia apenas na realidade da metrópole, ignorando-se a existência de um país, de uma história, de uma cultura e de dinâmicas sociais que o caracterizavam (...). A guerra da libertação nacional levada a cabo pelo Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) derrubou todo o projeto domesticador engendrado pelos portugueses para dominar e transformar uma sociedade marcada pela sua especificidade existencial. Com a proclamação do Estado da Guiné-Bissau pela Assembleia Nacional Popular, a 24 de setembro de 1973, e com

o fim da guerra colonial em vista, nascia para o povo guineense uma nova era cheia de desafios e aspirações políticas e sociais (...) (LOPES, 2014, p.5 - 6).

Para Cá (2000) preservar, aumentar e dar seguimento à dominação são alguns dos motivos que correspondem aos principais objetivos do sistema colonial, em aspetos de escolarização. Não existia, portanto, as mínimas intenções de preparar ou dar educação às populações marginalizadas, mas fizeram contrário, onde tiraram, no meio dessa população, uma pequena parte de homens que sabiam ler e escrever para o funcionamento do próprio regime colonial de privação e assimilação que os retira de qualquer condição de desvincular do processo de obediência e, estranhar do tratamento que foram impostos, foi dessa forma que a escola do regime colonial, ganhou a força, tanto na sua estrutura, como no seu conteúdo, fortalecendo o pensamento colonial; o autor considera esse regime como um “laboratório de desafricanização e dependência” (CÁ 2000)

Em sua dissertação de mestrado Namone (2014), ressalta que o PAIGC, tinha, no seu processo de luta armada pela independência, um projeto de unir os povos dos dois respetivos países a Guiné-Bissau e Cabo Verde e, a base principal dessa união seria acentuada através das políticas educacionais, vistas como instrumentos primordial para promover esta unidade. Porém, este projeto educativo que o PAIGC detinha se iniciou, a partir da realização do congresso de Cassacá, no ano de 1964, isto é, um ano depois do início da luta de libertação nacional, a partir das zonas controladas pelas forças nacionais e tinha como objetivo formar homem novo, ciente da sua realidade social e que será capaz de trabalhar para a transformação de algo negativo para algo positivo, homem livre do processo de assimilação cultural imposta pelos colonizadores e assim como qualquer natureza de exploração. A importância do referido projeto traduz-se na criação de política de quadros com obrigação de criar condições para o desenvolvimento de sociedade nova e independente. Portanto, essa educação teria que ter a sua base na própria realidade do país, com um pensamento para a população local, fundada nos princípios da realidade sociocultural da Guiné-Bissau, considerado como um país onde a maioria da população vive de agricultura, por isso, o sistema teria que ter ligação com trabalho de campo (NAMONE, 2014)

Numa análise semelhante a do Namone (2014), sobre as políticas educacionais desencadeadas pelo PAIGC nas zonas libertadas na Guiné-Bissau, Lourenço Cá (2000) afirma que a educação é a base principal para a melhor compreensão de luta armada pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, sob custódia do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). É considerado um povo aquele que é capaz de preservar a sua cultura, com a capacidade de juntar para lutar, considerando esta luta como um fator primordial para a própria dinâmica social. São as palavras preferidas para contextualizar o fato de que o PAIGC tinha atenção em relação à educação, começando assim nas zonas libertadas conforme foi apontado em baixo.

‘Nos momentos da luta, um professor que conseguisse fazer uma escola ficava muito contente porque a escola era um aspecto da luta. O professor era um combatente como qualquer outro combatente das forças armadas. Dantes um professor era avisado que tinha de abrir uma escola em Morés, no sul do país, por exemplo, ou em Cachungo, no norte. Ele imediatamente carregava a sua mochila, chegava à região, matriculava os alunos e deslocava uma missão para as fronteiras a fim de ir buscar os livros e outros materiais escolares. Dessa missão faziam parte crianças e adultos. Eram construídas as escolas em barracas, as carteiras eram de tara ou palmeira. Assim ficavam prontas as escolas sem problemas. O professor passava a comer juntamente com os combatentes e fazia o seu trabalho com toda a dedicação’ (PEREIRA 1976 *apud* CÁ, 2000, P. 11).

O PAIGC, partido que liderou o processo de independência, ciente de que a reconstrução nacional dependia de certa forma, do investimento na educação, empenhou-se na formação de seus quadros, em curso médio e superior, como forma de responder às demandas de um país que acaba de sair da guerra, extremamente carecida em termos sociais e educacionais. A Guiné-Bissau alcançou a sua independência com índice alto de analfabetismo estimado em 93,7%. Tudo porque a educação tinha sido rejeitada à grande maioria do povo guineense, os chamados “indígenas”, a escola servia só para os assimilados, os filhos dos colonizadores ou filhos dos assimilados (descendentes dos colonizadores ou aqueles que aceitaram colaborar com regime

colonial), o que significa que uma pequena parcela da população tinha acesso à escola e à instituição. Com a consciência clara da importância da educação no desenvolvimento do país e com ajuda dos países parceiros internacionais, o PAIGC formou, no intermédio de 10 anos de luta, 497 quadros guineenses, número bem maior, em comparação com o tempo da ocupação colonial portuguesa, de 1471 a 1961. O PAIGC (Partido-Estado), durante estes 10 anos, conseguiu formar, entre 1963 a 1973, 497 quadros: 36 com curso superior, 46 com curso técnico médio, 241 com curso profissional e especialização e 174 políticos e sindicais. Na época em que decorria ocupação, apenas foram formados 25 guineenses: 14 com curso superior e 11 com o nível de curso técnico (LOPES, 2014).

Cá (2005), afirma que tanto na Guiné-Bissau, assim como em outras colônias, Portugal deu continuidade à política de levar os africanos às metrópoles para serem submetidos à educação e assimilarem aos costumes portugueses. Porém, havia negros em Portugal que eram forçados a praticar a religião cristã e aprender a escrever e a ler em latim. Em consequência dessa obrigação, existiam também padres negros, em poucos números, que recebiam essa educação em Portugal. Neste sentido,

(...) Com a proclamação da República em Portugal, em 1910, e após três anos, (1913), uma lei estabelecia a separação entre a Igreja e o Estado e substituíam as missões religiosas por missões laicas, missões civilizadoras, que se esperava serem mais eficazes para os africanos. O trabalho educacional das missões católicas deu-se por encerrado, deixou de ser financiado pelo Estado, assim as missões civilizadoras, atuando por meio de escolas e oficinas, tentavam completar a educação formal por meio de formação profissional. Por conseguinte, em 1926, o ministro das Colônias e Ditadura Nacional aboliu pelo decreto nº 12.336, as missões civilizadoras (CÁ 2005, *apud* CÁ, 2005, p.7).

Vale ressaltar que a Igreja desempenhou um importante papel no processo da incorporação, aplicando rigorosamente e restringindo a assimilação e as técnicas da cultura europeias. Os nativos ‘indígenas’ adquiriam, da ‘cultura branca’, os costumes cristãos que eram os mais necessários para a sua civilização, de forma ativa. Com esse

pensamento de permissão aos indígenas de receberem o necessário da cultura branca, foi ali que o invasor português desenvolveu a sua política de assimilação (Cá, 2000). Política essa que se ligava à intenção de Portugal de não ser racista “qualquer pessoa das colônias podia observar a civilização portuguesa e ser considerada igual aos portugueses de nascimento, sem distinção de cor ou ascendência, isto é, os africanos podiam tornar-se portugueses através da Igreja Católica”. O critério de obter uma peça de identificação passava por saber ler em português e ter um comportamento de civilizado. A língua crioula, a língua de ligação entre os guineenses era proibida nos espaços escolares, ela sofria um forte desprezo pelos portugueses. Os costumes eram vistos como praticas de selvageria (CÁ, 2000).

O regime educacional, implementado pelos colonizadores, na Guiné-Bissau, no ano de 1471, não era suficiente e era restrito a um número reduzido de indivíduos, só beneficiava aos indivíduos mais próximos aos colonizadores ditos “os luso-africanos” ou “crioulos”. Nesse caso, descendentes dos portugueses e cabo-verdianos ou guineenses assimilados, os que trabalhavam na administração da antiga Guiné-Portuguesa. Portanto, esta educação só veio a funcionar de forma mais visível, já no séc. XIX, e tinha como objetivo de dar mínimas preparações a um número reduzido de pessoas para que essas pessoas sirvam de ponto de ligação entre colonizador e colonizado. Em termos da dominação, essas pessoas são chamadas de “assimiladas” porque se converteram ao catolicismo, incorporaram os preceitos portugueses; sabiam ler e escrever português. Também essa educação ensinava aos nativos, ou seja, incutiam neles sentimento de inferioridade em relação aos portugueses, de modo que quem não possuía essa educação portuguesa era considerado indígena. Essa educação que era oferecida não era uma educação de qualidade! Tudo isso não era suficiente para os portugueses conseguirem executar seus planos, eles foram mais longe, ao ponto de criar uma divisão entre as etnias existente na Guiné-Bissau, por exemplo.

Os Fulas e os Mandingas como hierarquicamente bem estruturados em termo de poder e, portanto, bem mais organizados e “civilizados” que os outros, - os Balantas, Pepeis, Manjacos, Mancanhas, Felupes, Bijagós, Beafadas, Nalus, etc, que são considerados pelos colonizadores como menos organizados em termo de estrutura do poder. Estes e outros

percalços aconteceram também nas outras colônias portuguesas em África, mesmo que de forma diferente. Produz-se um sentimento de revolta entre alguns assimilados, que conseguiram bolsas de estudos para fazer a formação superior na Europa, especialmente em Portugal. Nessa experiência de viver fora do lugar de origem, esses estudantes e futuros líderes independentistas, depois de tomar consciência da realidade em que os nativos viviam nas colônias, organizaram-se para promover o processo de descolonização e de formação de Estados nacionais nos seus respectivos países. Entre essas personalidades, destaca-se Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, partido que conduziu a luta de libertação na Guiné-Bissau até a sua independência em 1973 (NAMONE, 2014, p.20-21).

Ainda sobre a presença colonial portuguesa e políticas educacionais em suas ex-colônias foi realizada por Cá (2000), que trouxe o primeiro quadro que mostra a taxa elevada do analfabetismo na Guiné-Bissau, em 1958.

QUADRO-1

Analfabetismo na Guiné-Bissau (1958)

População total	Número de analfabetos	Percentagem de analfabetos
510.777	504.928	98,85

Fonte: (CÁ, 2000)

Para este autor, as mudanças políticas e econômicas que aconteceram no Ocidente, depois da Segunda Guerra Mundial- assim como, o desenvolvimento do capitalismo português e da própria pressão que foram alvos por parte dos movimentos de lutas pelas independências, levaram Portugal a mudar a sua política colonial, em relação ao desenvolvimento célere da economia, sobretudo, em suas colônias, com a política de assimilação intensa, para o novo tipo de ensino. Assim, foram concebidas com a revogação do “Estatuto Indígena”, após ter desencadeado a luta armada no território de Angola em 1961. Esse novo modelo retirava algumas competências das missões no setor do ensino colonial. As escolas que estavam sob tutela das missões

católicas não sofreram abolição, mas, sim, foram retirados os privilégios de que gozavam. Desde década de 60, o sistema educacional português trouxe um avanço em termos de expandir o ensino para todos os níveis, em suas colônias, com maior interesse econômico, caso concreto de Angola e Moçambique. Tal expansão visava essencialmente a aumentar, ou seja, reforçar a educação para os portugueses e era uma educação de “desafricanização” como pode observar no quadro a baixo.

QUADRO-2

Educação Colonial (1962 a 1973)

Ano	Ensino Primário Alunos	Pessoal Docente	Ensino Secundário Alunos	Pessoal Docente
1962/1963	11827	162	987	46
1963/1964	11877	164	874	44
1964/1965	12210	163	1095	45
1965/1966	22489	192	1293	42
1966/1967	24099	204	1039	43
1967/1968	24603	244	1152	40
1968/1969	25213	315	1773	111
1969/1970	25854	363	1919	147
1970/1971	32051	601	2765	110
1971/1972	40843	803	3188	158
1972/1973	47626	974	4033	171

Fonte: (CÁ, 2000)

Para elucidar melhor este cenário educativo, Namone (2014) fez uma abordagem sobre as práticas dos colonizadores portugueses, nos territórios que estavam sob seus domínios, para os quais trouxe uma tabela para mostrar as percentagens de analfabetismo. Segundo este autor, independentemente da exploração da economia, em relação à educação colonial, a taxa do analfabetismo das crianças, jovens e adultos era

elevada. Os dados do recenseamento, feito em 1950, revela o nível de analfabetismo em Angola, Cabo Verde, Guiné Portuguesa e Moçambique. A educação dada não oferecia aos africanos uma capacidade adequada para o nível desejado, as percentagens do analfabetismo, esta compreende a antiga Guiné Portuguesa que fica na primeira posição; em seguida, Moçambique, Angola e, por último, Cabo Verde.

Tabela 3: Analfabetismo nas colônias portuguesas em África (1950).

Colônia	População Total	População Alfabetizada	Percentagem dos Analfabetos
Guiné Portuguesa	510.777	504.928	98,85%
Moçambique	5.738.911	5.615.053	97,86%
Angola	4.145.266	4.019.834	96,97%
Cabo Verde	148.331	116.844	78,50%

Fonte: (NAMONE, 2014)

Com essa tabela, retratando o analfabetismo, a antiga “Guiné Portuguesa”, atual República da Guiné-Bissau, com índice de maior percentagem, fato que vem comprovando a forma como Portugal desencadeou a sua política de invasão nesses países. O fato que demonstra que: Angola, Moçambique e Cabo Verde eram colônias de povoação e exploração, enquanto a Guiné Portuguesa servia apenas colônia para exploração, conforme explica o Namome,

Portugal não tinha interesse pela educação dos guineenses e o exemplo ilustrativo dessa questão está nos dados estatísticos apresentados por Davidson (1975), mostrando que, durante o período de vigência do sistema educativo colonial na “Guiné Portuguesa”, desde 1471 até 1973: Apenas 1% da população local podia completar a educação elementar; porém só 0,3% tinham chegado à situação de assimilado e podia esperar ir um pouco mais além. Havia apenas uma escola secundária oficial na qual cerca de 60% dos seus alunos são europeus. Não existia qualquer tipo de educação superior. Até 1960, num total de 544.184 recenseados, apenas 11 guineenses haviam atingido a

licenciatura e todos eles como portugueses assimilados vivendo em Portugal, 14 tinham ensino técnico ou profissionalizante, 33 tinha formação média (NAMONE, 2014, P.34-35).

Em linhas gerais, compreendesse que a política educacional desenvolvida pelos colonizadores portugueses na antiga Guiné Portuguesa (Guiné-Bissau) era uma política de segregação do povo que se chama hoje guineense e, de tirar tudo que eles tinham de bem e do melhor para as metrópoles. Esses dados percentuais foram provas de tudo isso.

3.3 EDUCAÇÃO PÓS- INDEPENDÊNCIA NA GUINÉ-BISSAU (1973-2017)

Segundo Freire (1978), nos primeiros momentos que, a comitiva em que ele fez parte, chegou à Guiné-Bissau, a convite do governo para o trabalho de alfabetização de adultos, os membros dessa comitiva procuravam olhar, escutar, interrogar e discutir, no qual entraram em contato, com a capital Bissau, conversando com diferentes dirigentes “do comissariado da educação e não apenas com o recém-criado departamento de educação de adultos”. Com intuito de conhecer de perto os principais problemas e de como lidar com eles no processo de alfabetização, isto é, no ensino primário e secundário. Também de conhecer as transformações que já foram feitas em termos gerais do sistema educacional, herdado do colonizador, que contribuiu, pouco a pouco, a sua total transformação, com a constituição da nova prática educativa, que trata de outra percepção da educação, em conformidade com o desejo da nova sociedade que tanto o partido, assim como o governo, sonhava constituir com a sua população (FREIRE, 1978)

Cá (2002), numa relação do processo de alfabetização entre Cuba e a Guiné-Bissau, depois da realização do congresso de Cassacá, no sul do país, em Fevereiro do ano 1964, afirma que,

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) institucionalizou o que vinha planejando na área de educação. Criou escolas em toda parte nas regiões libertadas e colocou em lugar de destaque a educação entre os aspectos prioritários o combate ao colonialismo e à ignorância. Utilizou como livros tudo que dispunha como, por exemplo, cartões de

embalagens de sabão ou material bélico, e como professor todo aquele que soubesse ler e escrever, respondendo à palavra de ordem de que ‘quem sabe deve ensinar aquele que não sabe’ (CÁ, 2002, p.39)’.

O partido tinha no seu programa maior (PAIGC), elaborado no ano de 1963 com propósitos de orientar os seus membros e seguidores nos seguintes aspetos:

- 1.“(...)Reforma do ensino, desenvolvimento do ensino secundário e técnico, criação do ensino universitário e de institutos científicos e técnicos1.
2. Liquidação rápida do analfabetismo. Instrução primária obrigatória e gratuita. Formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais.
3. Liquidação total dos complexos criados pelo colonialismo, das consequências da cultura e exploração colonialista.
4. Na Guiné, desenvolvimento das línguas nativas e do dialeto crioulo, com a criação da escrita para essas línguas (...). Proteção e desenvolvimento da literatura e das artes nacionais.
5. Aproveitamento de todos os valores conquistados da cultura humana e universal ao serviço do progresso dos povos da Guiné e Cabo Verde. “Contribuição da Cultura destes povos para o progresso da humanidade em geral’ (CÁ, 2002, p.39)’”.

Castiano (2015), que aborda questão da educação e valores, fez uma ligação entre a liberdade com o saber onde se restringiu esse saber na educação, isto é, sobre a importância da educação de hoje, em termos de ajudar o indivíduo na conquista de sua liberdade. Também se mostrou preocupado com a forma como a educação está a perder a sua essência, o que deve ser recuperado o mais rápido possível. Questionou ainda de como podemos recuperar essa essência de educação?

A educação escolar, enquanto processo de socialização e de integração dos indivíduos na sociedade, tem vindo a evoluir na sociedade guineense e nos demais países africanos com o fim da guerra colonial, procurando atingir a dimensão universal que socialmente lhe é atribuída. A Guiné-Bissau tem procurado,

desde a independência, através dos seus meios alcançar o apogeu de uma educação de qualidade para todos, mas tem-se deparado com inúmeras barreiras históricas, sociais, culturais, políticas, económicas, financeiras e geográficas na elevação deste projeto ancestral e nacional. São vários os obstáculos que assolam o país em toda a sua estrutura social com grandes repercussões negativas no desenvolvimento do setor educativo guineense e na própria edificação da sociedade guineense sonhada pelo “Pai da Nação Guineense” – Amílcar Cabral. (LOPES, 2014, p.7-8).

Apesar de ter evoluído bastante o sistema educacional, desde a proclamação da independência do país, até os dias atuais. A Guiné-Bissau ainda enfrenta grandes desafios oriundos da proliferação de ensino infrutífero, discriminatório, seletivo e elitista. São conjuntos de fatores que condicionam o sistema educacional guineense como foi apontado a baixo:

- a. “Fracá qualificação dos professores;
 - b. Escassez de manuais escolares e materiais didáticos;
 - c. Inadequação dos conteúdos programáticos ao meio social e cultural dos alunos;
 - d. Precariedade das instalações escolares;
 - e. Pobreza dos equipamentos [escolares];
 - f. A não adoção e sistematização de metodologia de ensino do português como a língua segunda;
 - g. Insuficiente e inadequada afetação de recursos financeiros ao setor da educação;
 - h. Enfraquecimento da política social do governo e erosão da sua capacidade de afetar recursos adicionais ao setor da educação;
 - i. “Baixas taxas de desempenho dos alunos”
- (LOPES, 2014, p.8-9).

Os problemas apontados demonstram claramente a fragilidade do sistema educacional guineense. Um sistema que não é capaz de combater o índice de

analfabetismo em sua população, através de ensino de qualidade que permite uma efetivação e aquisição de conjunto de conhecimento e ferramentas indispensáveis para a inserção do indivíduo na sociedade e em toda esfera social. A permanência de fenômeno dessa natureza demonstra uma clara consequência grave,

a ‘formação’ de indivíduos que permanecem iletrados, incapazes ou com fraca possibilidade de ascender a estatutos sociais elevados, estando desta forma relegados à pobreza e impossibilitados de melhorar a sua qualidade de vida, devido à fraca capacidade de tomar decisões conscientes e esclarecidas sobre determinados assuntos que lhes possibilitariam diversificar o percurso das suas vidas com objetivo de ascender a patamares sociais cada vez mais altos. Este sistema educativo não tem permitido que a educação se organize de forma a dar resposta ao conjunto das suas missões. Isto é, que a educação se organize em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que se constituirão ao longo de toda a vida do indivíduo como os seus pilares do conhecimento: “aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos e aprender a ser”. (LOPES, 2015, p. 9-10)

De 1991 até os dias atuais o sistema político guineense de pendor semipresidencialismo caracterizado por um presidente e um primeiro ministro, após o reconhecimento em 16 de Dezembro de 1991 da nova lei orgânica governamental apresentada “no Decreto-Lei n.º 6/91, no Boletim Oficial n.º 50 de 16 de dezembro de 1991. Com essa nova lei orgânica do governo surge a figura do Primeiro Ministro, Decreto-Presidencial n.º 14/91 de dezembro de 1991”. Portanto, de 1973 até ano de 2013, a Guiné-Bissau conheceu 32 ministros (as) da Educação Nacional (LOPES, 2014)

Enquanto, a educação constituir a pedra no sapato dos governantes guineense, a Guiné-Bissau continuará enfrentando grandes dificuldades para atingir os níveis do desenvolvimento alcançados pelos outros países. Porque, no nosso entendimento desenvolver um país deve partir da garantia de uma educação de qualidade para todos e na formação de quadros, contudo, registra-se alguns esforços no âmbito da implementação das políticas educacionais, conforme assinala a baixo

O Estado e a sociedade civil têm desenvolvido estratégias para a efetivação do direito à educação na Guiné-Bissau. O Estado através das políticas públicas introduziu na sociedade guineense um conjunto de políticas educativas com vista a sanar os problemas que afetam o setor educativo como consequência de um passado histórico que muito se reflete até aos dias de hoje em todas as estruturas sociais do país, nas quais o setor da educação e da formação não são uma exceção. O Estado, através das convicções políticas dos governantes, procura o desenvolvimento sustentável da educação e da formação na Guiné-Bissau. Uma das mais importantes decisões políticas assumidas pelo Estado a nosso ver é a abertura da educação, na década de 90, à intervenção de diferentes operadores da educação e da formação, após a constatação de que só por si não seria capaz de garantir a educação a todos os cidadãos com o aumento da procura da mesma que se deu a partir da independência do país. Considera-se que houve melhorias ao nível da cobertura escolar nos últimos anos como resultado do esforço do Governo na disponibilização de novas salas de aulas e na abertura à participação do setor privado e comunitário na oferta de serviços educativos (Banco Mundial, 2008 e 2009, p. 31). Contudo, apesar dos sinais de avanço evidenciados, a Guiné-Bissau está longe de alcançar os Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento preconizado para o setor educativo até 2015 (LOPES, 2014, p.41-41).

Em linhas gerais existem sinais de esforços dos governos em colaboração com a sociedade civil, em relação à educação na Guiné-Bissau, o país ainda esta longe de atingir os avanços na educação em relação aos demais países, da sub-região ou da mesma colônia, portanto, a nosso ver, o governo deve desenvolver as políticas educacionais séria, estabelecendo parcerias com países e organizações nacionais e internacionais, sobretudo na formação dos quadros e infraestruturas, em boas condições.

4.1 REFLEXÕES METODOLÓGICAS/ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A metodologia, que Para realizar este estudo de investigação faremos uma abordagem qualitativa, elegendo assim o método qualitativo como o mais relevante, tendo em conta as características do nosso estudo e as impossibilidades de deslocar para a Guiné-Bissau para a realização desta pesquisa, portanto, faremos uma pesquisa bibliográfica através das leituras dos materiais, livros, artigos, teses, monografias, jornais, dissertações e vídeos.

A organização dos dados passará necessariamente pela análise de todas as informações coletadas durante a pesquisa, isto é, as mais importantes para a nossa pesquisa. Para a melhor compreensão desses aspetos teórico-metodológicos trouxemos duas autoras. Segundo Marcani e Lakatos (2010), segundo elas, as ciências são caracterizadas pela utilização de métodos científicos em compensação, mostrando ainda que nem todos os ramos de estudos dessas ciências conseguem fixar se a estes métodos, no entendimento das duas autoras o uso desses métodos científicos não é da competência exclusiva da ciência, mas também não existe ciência sem os métodos científicos. Para tal concluíram com a seguinte definição: “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com a maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo- conhecimentos válidos e verdadeiros- traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (MARCONI E LAKATOS, 2010).

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre a elas. Dizia Lenin (1965) que “o método é a alma da teoria” (p.148), distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como articulação entre o conteúdo, pensamento e existência. Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções

teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade de sopro divino do potencial criativo do investigador, (MINAYO, 2001).

Quanto a pesquisa bibliográfica as autoras apontaram oito fases distintas para realização desta pesquisa que são: “escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação e redação”, (MARCONI E LAKATOS, 2010). Com base nas autoras, compreendemos que não seria possível desenvolver uma ciência sem a utilização do método científico, porém, ele é a base principal para a realização dos trabalhos científicos.

4.2 LIMITAÇÕES DO PROJETO DE PESQUISA (DESAFIOS ENCONTRADOS NA SUA ELABORAÇÃO)

Um dos grandes problemas apontados para a nossa pesquisa refere-se à ausência de uma parte da pesquisa etnográfica, ou seja, a realização das entrevistas de forma semiestruturada aos gestores da educação na Guiné pós-independências, a exemplo dos ministros e ministras que recentemente ocuparam o cargo. Outra questão refere-se à forma como foi desenvolvida as políticas educacionais pelos colonizadores. Na pesquisa procuraremos compreender o processo educativo nos três grandes períodos históricos da Guiné-Bissau (pré-colonial, colonial e pós-colonial), as políticas desenvolvidas pelos colonizadores na África em particular os colonizadores portugueses em suas ex-colônias que segundo Namone (2014) não decorrem da mesma forma, em outras palavras, Portugal desenvolveu uma política educacional de forma discriminatória nos países colonizados, exemplo disso é o caso concreto da Guiné-Bissau, que nunca foi país de povoamento pelos colonizadores portugueses, mas sim país de exploração. Ao contrario aos demais países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que além de serem países de exploração serviram também de povoação pelo colono português.

Neste contexto, vale ressaltar que, estes fatos demonstram que as causas que motivaram a esses problemas que a Guiné-Bissau enfrenta hoje em dia devem-se a esses fatos apontados, porque a Guiné-Bissau teve a sua independência com um número bem pequeno de quadros qualificados, que não conseguiram pensar num plano de

desenvolvimento de um país que acabou de sair da guerra. Tudo porque a sua população foi proibida de ter acesso à educação pelos colonizadores.

Contudo, reconhecemos esses fatos apontados, mas, é importante lembrar que já foram 43 anos que a Guiné-Bissau tornou num país “independente e soberano”, que no nosso entendimento, o governo deve assumir a sua responsabilidade conforme garante a carta magna, a Constituição da República da Guiné-Bissau. Título-1 “Princípios fundamentais - Da natureza E fundamentos do Estado” em seus artigos (15, 16 e etc.) É dever do Estado dar educação de qualidade, saúde, segurança, trabalho, água potável, energia, estabilidade político-social etc. Ao seu povo, para que tudo isso seja possível é preciso, cada um (a) de nós tenha a consciência clara de que o desenvolvimento de cada país depende do esforço do seu povo através de uso racional dos recursos públicos para os fins públicos e de saber distinguir o público e o privado e a Guiné-Bissau não está de fora deste processo.

4.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

BÂ, A. Hampaté: A tradição viva. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2. Ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

BOAHEN, ALBERT ADU: África diante do desafio colonial. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por 2. ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. A falta de formação pedagógica dos professores de ensino básico na Guiné-Bissau nos anos 1975-1986/ Cristina Mandau Ocuni Cá. —Campinas, SP: [s.n.], 2005

CÁ, Lourenço Ocuni: A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). In: ETD Educação Temática Digital 2 (2000), 1. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-105762>.

CÁ, Lourenço Ocuni: Leitura Comparativa de Campanha de Alfabetização Cubana com a Guiné-Bissau. Educação Temática Digital, Campinas, v.3, n.2, p. 38-54, jun, 2002.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. C216 Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994) / Artemisa Odila Candé Monteiro. – Salvador, 2013.318f.: il.

FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FÓRUM, dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa: Constituição da República da Guiné-Bissau. Disponível em: <file:///C:/Users/Desktop/CARTA%20MAGNA%20DA%20GB>. pdf.

GIL, ANTONIO CARLOS: Métodos e técnicas de pesquisa social/ Antonio Carlos Gil. – 6. Ed. – 3. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2010.

HABATE, Aklilu e WAGAW, Teshome: Educação e Mudança Social. História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília:

ILDA, Sanca: A Inserção das Mulheres no Mercado de trabalho na Guiné-Bissau, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Downloads/A%20INSERÇÃO%20DAS%20MULHERES%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO%20\(1\)](file:///C:/Users/Downloads/A%20INSERÇÃO%20DAS%20MULHERES%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO%20(1)). pdf.

INE, Instituto Nacional de Estatística, disponível em: <file:///C:/Users/Desktop/Recenseamento%202009%20na%20GB>. pdf UNESCO, 2010. 1272 p.

JOSÉ, P. Castiano. Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjectivação com Viegas. Editora: Educar, Universidade Pedagógica-Maputo-Moçambique, Maio de 2015.

LAKATOS, Eva Maria: Fundamento de metodologia científica/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7. edu.- São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Luísa da Silva. A lei de base do sistema educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política. Universidade de Aveiro, departamento de educação, 2014..

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petropolis: Vozes, 2001.

NAMONE, Dabana A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional / Dabana Namone – 2014. 120 f.; 30 cm.

Mapa político da Guiné-Bissau. Disponível em: www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm